



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0013793-06.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Vera Lucia Ramos Fazzani e outro**
 Requerido: **Groupon Serviços Digitais Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter firmado contrato com a ré para a comercialização de serviços de cabeleireiro através do site da mesma.

Especificaram os serviços que foram prestados, ressaltando que a ré não fez os pagamentos a eles pertinentes.

Almejam ao recebimento da importância a que fariam jus acrescida da multa contratual devida pela ré pelo descumprimento de sua obrigação.

A ré asseverou em contestação que efetuou todos os pagamentos devidos aos autores, de sorte que estes nada teriam a receber.

Salientou que por isso a multa contratual prevista não teria cabimento.

A contratação entre as partes é incontroversa e está cristalizada nos documentos de fls. 15/17.

Avençou-se que a ré anunciaria em seu site serviços que seriam realizados pelos autores mediante pagamento determinado, o qual seria rateado igualmente entre ambos.

Os documentos de fls. 19/245, amealhados pelos autores e correspondentes aos serviços prestados por eles, não foram impugnados específica e concretamente pela ré.

Ela na peça de resistência limitou-se a ressaltar que cumpriu suas obrigações, pagando regularmente as importâncias devidas aos autores, mas as provas que apresentou não respaldam sua explicação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, o documento de fl. 283, firmado em maio de 2011, esclarece a conta em que os pagamentos em apreço deveriam ser depositados, o que foi modificado em dezembro de 2012, como se vê no termo de cessão de direitos de fl. 14.

Outrossim, os comprovantes de fls. 284/306 não atestam com segurança que a ré quitou sua obrigação, seja porque o valor deles resultantes (R\$ 16.223,15) é injustificadamente superior ao montante invocado a propósito em contestação (R\$ 5.454,30 – fl. 261, segundo parágrafo), seja porque indicam depósitos promovidos na primeira conta antes aludida, relativa ao documento de fl. 283, a qual já estava encerrada desde setembro de 2011 (fl. 311).

Deverão ser em consequência computados para a finalidade desejada somente os documentos de fls. 284/290, que totalizam o valor de R\$ 3.902,35 tido como despendido pela ré aos autores.

A conjugação desses elementos evidencia que a ré não fez prova consistente dos pagamentos a seu cargo, ônus que lhe tocava na esteira do que dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Haverá, assim, de ser condenada ao pagamento de R\$ 1.816,35, resultante da diferença entre o valor total devido (R\$ 5.718,70, conforme documentos apresentados pelos autores e não impugnados pela ré) e o que foi saldado por ela (R\$ 3.902,35).

Quanto à multa contratual, é devida pelo descumprimento das obrigações da ré, mas a reduzo em dois terços do valor postulado pelos autores com fundamento no art. 413 do Código Civil, tendo em vista a extensão da obrigação cumprida pela ré e a parte faltante a respeito, afigurando-se aquele excessivo.

A ré deverá a esse título, portanto, a quantia de R\$ 1.143,74.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar aos autores a quantia de R\$ 2.960,09, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA